

A NOVA ESCOLA E SEU INTERESSE COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PAÍS

Mariana Moreira dos Santos¹

Bethania Medeiros Geremias²

Introdução

Neste capítulo, realizamos uma análise histórico-bibliográfica da plataforma Nova Escola (NE) e seu interesse na educação pública. Originalmente conhecida como revista Nova Escola, a publicação consolidou-se, ao longo dos anos, como material de apoio para os professores da educação básica no Brasil. Com o passar do tempo, a NE expandiu sua atuação para o ambiente digital, oferecendo diversos recursos voltados aos profissionais da educação, como cursos, vídeos e planos de aula alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sempre com a proposta de orientar e apoiar os docentes em sua prática pedagógica.

Partindo desse contexto, o capítulo se dedica a resgatar o percurso histórico da Nova Escola, desde os interesses de sua idealizadora e da Fundação Victor Civita, responsável por sua criação, até sua atual mantenedora, a Fundação Lemann. A partir disso, buscamos discutir o crescente interesse do setor privado na educação pública brasileira, especialmente no que diz respeito à implementação da BNCC.

O objetivo central deste artigo é, portanto, problematizar a atuação de grandes grupos empresariais na definição de políticas educacionais, com ênfase na influência exercida sobre a elaboração da BNCC, documento normativo que define os conteúdos mínimos a

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa E-mail: mari.moreira676@gmail.com

² Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: bmgeremias@ufv.br

serem trabalhados nas escolas. Refletimos sobre as possíveis implicações da presença do setor privado na formulação e implementação de políticas públicas educacionais e os riscos que ela representa para a autonomia docente e para uma educação pública de qualidade.

A trajetória da nova escola

Para iniciar as discussões deste capítulo, é necessário um breve resgate histórico que permita compreender o surgimento da Nova Escola, os materiais que ela produziu ao longo dos anos e os propósitos tanto da Fundação Victor Civita (FVC), sua criadora, quanto da Fundação Lemann, hoje responsável por mantê-la.

A revista Nova Escola foi publicada pela primeira vez em 1986, um ano depois da criação da FVC pelo empresário americano Victor Civita, fundador da Editora Abril, em 1950, e então já reconhecido como um dos principais nomes do setor editorial brasileiro. Aos 78 anos, Civita declarou querer retribuir ao povo brasileiro tudo o que conquistara, defendendo que “um povo educado é um povo rico e forte, porque sabe produzir e prosperar” (Fundação Victor Civita, 2023). Movido por essa convicção, criou a FVC como uma fundação privada de direito público voltada à educação.

O ideal de Civita era disponibilizar uma revista dirigida aos(as) educadores(as) brasileiros(as). Antes, entretanto, a Editora Abril já havia testado duas publicações na área: Escola (1972) e Professora Querida (1983). Ambas, porém, tiveram vida curta. Foi somente a Nova Escola que se tornou referência de apoio pedagógico.

Na primeira edição da revista Nova Escola, publicada em 1986, foi apresentado o seu objetivo principal:

Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de

experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau (Fundação Victor Civita, 2023).

A partir dessa declaração, é possível perceber como a FVC caracteriza o(a) professor(a) e o exercício da docência. A revista se apresenta como uma fonte de informação educacional, capaz de oferecer os conhecimentos considerados necessários para uma atuação eficaz dos(as) educadores(as). Ao assumir esse papel, a Nova Escola parece assumir também uma concepção em que o(a) professor(a) é visto(a) como alguém cuja formação apresenta lacunas, alguém que precisa ser instruído(a) por meio dos conteúdos oferecidos pela revista.

O contexto em que a revista foi lançada, o período de transição democrática, ao final da ditadura militar, bem como o acordo firmado com o Governo Federal, foram fatores que provavelmente contribuíram para sua rápida expansão. Esse acordo previa que cerca de 220 mil escolas públicas de 1º grau (atualmente, ensino fundamental) receberiam gratuitamente a publicação. Essa distribuição permitiu que a Nova Escola alcançasse um número expressivo de docentes em todo o país, consolidando sua presença nas instituições públicas de ensino e tornando-se nacionalmente conhecida.

Com o avanço do acesso à internet no Brasil e a chegada dos computadores às escolas, a revista passou a investir em sua versão digital. Em 1998, foi lançado o seu site, que disponibilizava conteúdos da versão impressa e materiais complementares voltados ao apoio docente. Segundo a própria FVC, o objetivo era informar, atualizar e valorizar o(a) educador(a).

Além dos artigos da revista, o site oferecia um espaço para debates e troca de experiências entre professores(as), ampliando as possibilidades de diálogo e de compartilhamento de práticas pedagógicas. Com o tempo, novos recursos foram sendo incorporados à plataforma, como vídeos, notícias, cursos, planos de aula, entre outros. Sustentada por um discurso voltado à melhoria da educação, a Nova Escola foi, gradualmente, se consolidando como uma referência de apoio à prática docente.

Contudo, é importante destacar que esse discurso, centrado na ideia de que os(as) professores(as) precisam constantemente aprimorar sua prática, reforça, ainda que sutilmente, uma imagem de docência marcada por carências. A partir disso, a revista conquista legitimidade ao se apresentar como mediadora entre o saber considerado “necessário” e os(as) profissionais que atuam nas escolas, ampliando sua influência no cenário educacional brasileiro.

No mesmo ano em que foi lançada a versão digital da revista Nova Escola, surgiu o Prêmio Victor Civita – Professor Nota 10, atualmente denominado Prêmio Educador Nota 10, ampliado para contemplar também gestores escolares. Segundo o site da Fundação Victor Civita (FVC), durante a década de 1990, a docência era vista como uma profissão “pouco atrativa para os jovens e pouco reconhecida na sociedade” (Fundação Victor Civita, 2023). Foi nesse contexto que o prêmio foi criado, com a proposta de “identificar e valorizar professores que adotam práticas exemplares em sala de aula. Práticas que depois ganham destaque na revista e no site Nova Escola, levando as melhores experiências a todas as regiões do país” (Fundação Victor Civita, 2023).

Para participar, os(as) educadores(as) precisam seguir critérios definidos pela própria FVC. Os trabalhos considerados mais relevantes são selecionados e, posteriormente, divulgados nas plataformas da Nova Escola. Em 2009, a Fundação reuniu as experiências pedagógicas premiadas e, em parceria com a TV Cultura, lançou a série “Profissão Professor”, com o intuito de disseminar esses conteúdos e inspirar outros docentes a “melhorarem suas próprias aulas” (Fundação Victor Civita, 2023).

Essa iniciativa revela que o ideal de professor(a) promovido pela FVC é aquele que se adequa aos parâmetros do prêmio. Nesse sentido, o reconhecimento funciona também como uma forma de orientar e padronizar práticas docentes, contribuindo para a difusão de um modelo específico de atuação pedagógica. Em 2014, a Fundação Roberto Marinho se uniu à Fundação Victor Civita no apoio ao Prêmio Educador Nota 10, reunindo, assim, dois dos principais grupos de

comunicação do país, Globo e Abril, em torno de uma mesma iniciativa educacional.

Outro projeto relevante da FVC foi o lançamento, em 2008, dos boletins sobre educação para rádio, criados com o objetivo de ampliar o alcance das discussões educacionais e promover “uma discussão inteligente sobre os temas relacionados ao ensino e à aprendizagem” (Fundação Victor Civita, 2023). Os boletins eram produzidos pelas equipes das revistas Nova Escola e Gestão Escolar, esta última voltada exclusivamente a gestores(as) educacionais, e veiculados em programas de rádio parceiros.

Em 2012, foram lançadas as primeiras edições digitais da Nova Escola, incluindo a reedição da coletânea “Grandes Pensadores” e o “Guia de Tecnologia na Educação”. No entanto, foi em 2013 que a revista passou a contar com uma edição digital mensal, oferecendo uma navegação interativa e acesso a diversos conteúdos complementares. Essa nova versão incorporava recursos multimídia, como planos de aula, vídeos, galerias de fotos e links para textos acadêmicos, buscando ampliar ainda mais sua atuação como suporte pedagógico para professores(as) em todo o país.

Em 2014, a FVC, em parceria com a Editora Nova Fronteira, lançou o primeiro livro com a marca Nova Escola. Intitulado O dia a dia do professor: como se preparar para os desafios da sala de aula, a obra reunia uma série de dicas e orientações de especialistas na área da educação, com a proposta de servir “como um guia para diferentes etapas do trabalho de um educador, com conteúdo de fácil entendimento e informações claras e concisas”. De acordo com a FVC, o livro foi elaborado com base em materiais publicados pela Nova Escola, a partir da escuta de dezenas de pesquisadores, docentes universitários, formadores de professores e, especialmente, professores(as) da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (Fundação Victor Civita, 2023).

No ano seguinte, em 2015, foi criado a Nova Escola Clube, uma plataforma digital voltada à formação de professores(as) e gestores(as) escolares. Segundo a FVC, o site disponibilizava “os melhores

conteúdos de educação para qualificação” desses profissionais e oferecia ferramentas interativas pensadas para facilitar o cotidiano docente (Fundação Victor Civita, 2023). Ainda em 2015, a revista impressa deixou de ser comercializada em bancas, sendo distribuída somente por meio de assinaturas. Com uma média de circulação de 120 mil exemplares, a aposta passou a ser no crescimento da versão digital.

Nesse mesmo ano, a FVC anunciou a transferência das marcas Nova Escola e Gestão Escolar para a Associação Nova Escola, organização mantida pela Fundação Lemann. A justificativa apresentada foi a de que a nova gestão permitiria maior expansão e fortalecimento das iniciativas da revista. A oficialização da transferência ocorreu no início de 2016, com a alegação de que ambas as fundações, FVC e Fundação Lemann, compartilhavam o mesmo objetivo: impulsionar o crescimento da Nova Escola e da Gestão Escolar, mantendo o compromisso de apoio aos(as) educadores(as).

Segundo informações divulgadas no site da FVC, a Fundação Lemann “trabalha desde 2002 para melhorar substancialmente a Educação Pública no Brasil” (Fundação Victor Civita, 2023). Trata-se de uma organização filantrópica de caráter familiar, fundada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, reconhecido como um dos homens mais ricos do país. Com o objetivo declarado de “construir um Brasil mais justo e avançado”, a Fundação Lemann estrutura sua atuação em dois pilares centrais: Educação e Liderança. De acordo com o site da instituição, essas frentes são vistas como “capazes de impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais” (Fundação Lemann, 2024).

A partir dessa concepção, a Fundação defende a ideia de que pessoas com boa formação educacional têm maior potencial para se tornarem líderes capazes de contribuir com o desenvolvimento do país. Assim, reafirma-se uma lógica meritocrática que associa qualidade educacional à capacidade de liderança individual, levantando questionamentos sobre os interesses e valores que orientam suas ações no campo da educação pública.

A Fundação Lemann também declara que sua missão é apoiar pessoas e instituições por meio de iniciativas que buscam garantir a

aprendizagem dos(as) estudantes e engajar lideranças comprometidas com a resolução de demandas sociais do país. Seu objetivo declarado é contribuir para a construção de um Brasil mais avançado e equitativo, no qual todos(as) tenham oportunidades de desenvolver plenamente seus potenciais.

Ao longo de seus 21 anos de atuação, a Fundação acumulou marcos relevantes, conforme informações disponíveis em seu site. Um ano após sua criação, foi lançado o Programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE), direcionado a diretores(as) de escolas públicas, com o propósito de “formar lideranças participativas, incentivar o uso de instrumentos de avaliação nas escolas e melhorar a aprendizagem dos alunos” (Fundação Lemann, 2024). Em 2009, o programa já havia alcançado 350 municípios, oferecendo formação a cerca de 1,5 mil diretores(as) e impactando aproximadamente 900 mil estudantes.

Três anos antes, em 2006, a instituição criou o programa de pós-graduação *Lemann Fellowships*, destinado a capacitar estudantes brasileiros em universidades internacionais, como Harvard, Columbia, Stanford e MIT. Nesse mesmo ano, lançou o curso de especialização Formação do Gestor Escolar (FGE), que contemplou 62 gestores(as) educacionais na cidade de Fortaleza.

Em 2011, a Fundação Lemann trouxe para o Brasil o *Khan Academy*, plataforma digital de ensino de matemática conhecida mundialmente. No ano seguinte, em parceria com a *startup Maritt*, criou o QEdu, uma plataforma que disponibiliza dados educacionais do país, tornando indicadores de aprendizagem acessíveis ao público em geral. Já em 2013, em colaboração com o Google, lançou o canal YouTube Edu, que reúne videoaulas voltadas a estudantes, professores(as) e gestores(as). Ainda nesse ano, a fundação passou a apoiar o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, no qual o CEO da organização integra o conselho consultivo.

Em 2015, a Fundação Lemann criou o Conectando Saberes, uma rede que reúne profissionais da educação envolvidos na construção de uma educação pública de qualidade que visa a transformação social. No ano seguinte, a instituição ampliou sua

atuação com o desenvolvimento de novos projetos e parcerias, entre eles: o lançamento do Formar, resultado da cooperação com secretarias estaduais e municipais, voltado ao aprimoramento de políticas, práticas de gestão e formação docente; a incorporação das marcas Nova Escola e Gestão Escolar; o lançamento, em parceria com o Ministério da Educação e o *Geekie Games*, do programa Hora do Enem, que preparou cerca de 2 milhões de estudantes para o exame; além da criação do Inovação nas Escolas, voltado à formação de professores(as), e do Escola Plugada, que promove a conexão entre educadores(as) e desenvolvedores(as) de tecnologia.

A aprovação da BNCC, em 2017, foi celebrada pela Fundação Lemann, que defendia a importância de se estabelecer, por meio de uma base comum, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) estudantes da educação básica. Nesse mesmo ano, o programa Formar atendeu 13 municípios e 4 redes estaduais, beneficiando aproximadamente 600 mil alunos(as). Em 2018, o programa Educar para Valer se associou ao Formar, ampliando seu alcance e atendendo cerca de 900 mil estudantes por meio da formação de professores(as).

Nas eleições de 2018, a Fundação Lemann comemorou a eleição de candidatos(as) vinculados(as) a seus programas Lemann Fellows e Líderes Públicos. Foram eleitos(as) quatro deputados(as) federais, Tabata Amaral (PDT-SP), Vinicius Poit (Novo-SP), Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tiago Mitraud (Novo-MG) e três deputados(as) estaduais, Marina Helou (REDE-SP), Duarte Jr. (PCdoB-MA) e Renan Ferreirinha (PSB-RJ). Segundo a instituição, esses líderes compartilham o compromisso de “renovar a política e a gestão pública com mais integridade, sustentabilidade e comprometimento, para que os avanços que o país precisa aconteçam” (Fundação Lemann, 2018).

Em 2019, com apoio financeiro do Instituto Natura, cinco estados foram contemplados com a Parceria para Alfabetização via Regime de Colaboração (PARC), atendendo mais de 600 mil estudantes. Ainda nesse ano, em parceria com a Fundação Brava, Instituto Humanize, República.org e oito secretarias estaduais, foi implementado o curso Gestão de Pessoas no Setor Público, no âmbito

do Mestrado Profissional em Políticas Públicas do Insper. O programa selecionou 600 profissionais, com base em critérios de competência e experiência, para atuar nas áreas de saúde, educação, segurança e planejamento.

Em 2020, diante do fechamento das escolas em decorrência da pandemia de Covid-19, a Fundação Lemann desenvolveu iniciativas para apoiar profissionais da educação nesse período crítico. Entre as ações, financiou os primeiros testes de imunização contra o coronavírus, em parceria com a Universidade de Oxford, a Unifesp e outras organizações. Paralelamente, promoveu estudos e pesquisas para compreender os impactos da pandemia no campo educacional. Ainda nesse contexto, lançou o Escola Segura, uma solução voltada a gestores(as) públicos(as) para auxiliar no desafio da reabertura das escolas em conformidade com as determinações sanitárias.

Embora este capítulo não tenha como objetivo analisar em profundidade os efeitos desses programas na prática pedagógica, na formação de professores(as) ou no aprendizado de estudantes, tampouco discutir as finalidades de projetos financiados por iniciativas privadas, é relevante refletir sobre as motivações e os interesses que movem grandes empresários a investir na educação pública. No caso específico da Fundação Lemann, que dirige a Associação Nova Escola e demonstra forte interesse na implementação da BNCC, observa-se o apoio ao Movimento pela Base e a disponibilização de planos de aula alinhados a esse documento.

O interesse do setor privado na educação

A partir do exposto, consideramos relevante discutir e problematizar o interesse do setor privado na educação pública do país, em especial no que se refere ao apoio e à atuação para a implementação da BNCC, documento normativo que define os conteúdos mínimos a serem trabalhados na educação básica.

Para iniciar essa discussão, é importante destacar que a atual versão da BNCC passou por diversas reformulações até chegar ao

formato final implementado hoje. O processo teve início em 2009 e, em 2014, foi apresentada sua versão preliminar. A partir desse momento, a base passou a despertar o interesse e a gerar disputas entre diferentes grupos.

A versão preliminar da BNCC foi lançada durante o governo de Dilma Rousseff e, conforme Carvalho (2019), contou com a participação de professores, pesquisadores, universidades públicas, integrantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Segundo Carvalho (2019), nesse mesmo ano, o Ministério da Educação apresentou o documento: Por uma política curricular para a Educação Básica: contribuição ao debate da Base Nacional Comum, a partir de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Esse material tinha como premissa garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, propondo delineamentos para a construção da BNCC organizados por área do conhecimento. A proposta valorizava as especificidades locais e regionais, colocando o estudante no centro do processo de aprendizagem. No entanto, por não estabelecer objetivos de aprendizagem para cada ano escolar e por adotar uma concepção distinta sobre educação, o documento foi rejeitado após mudanças na liderança do Ministério da Educação. Conforme ressalta a autora, mesmo durante o governo Dilma Rousseff, a troca de ministro resultou em alterações nos rumos da BNCC, evidenciando como mudanças políticas podem afetar diretamente a formulação de políticas educacionais (Carvalho, 2019).

Após as mudanças ocorridas no MEC, foi criada uma comissão composta por 116 membros, entre professores das redes federal, estaduais e municipais, além de especialistas vinculados a universidades e secretarias estaduais, para elaborar a proposta da BNCC. De acordo com Carvalho (2019), a Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015, marcou o início da construção da primeira e da segunda versão do documento. Nessas versões iniciais, ainda havia a valorização da

diversidade cultural do país e a participação de professores e movimentos sociais, que compunham a maioria do grupo responsável pela elaboração.

Em setembro de 2015, o MEC divulgou a primeira versão da BNCC e abriu uma consulta pública online, permitindo que qualquer cidadão enviasse sugestões. Essa estratégia buscava conferir ao documento uma aparência de construção coletiva e democrática. Considerando as contribuições recebidas, em maio de 2016 foi apresentada a segunda versão, com ajustes.

Com a ascensão de Michel Temer à presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff em um processo marcado por articulação de setores empresariais e partidos políticos, houve mudanças no Ministério da Educação. Nesse contexto, foi criado um comitê de especialistas para conduzir a elaboração da BNCC, resultando na terceira versão do documento, entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) já com uma nova formatação. Essa etapa marcou um momento de disputas, com a crescente participação do setor privado no processo. Empresários, políticos e instituições passaram a apoiar e influenciar diretamente a elaboração do texto, cuja influência privada aparecia explicitamente no texto do documento (Carvalho, 2019).

A terceira versão foi coordenada por um Comitê Gestor instituído pelo MEC por meio da Portaria nº 790, de 27 de julho de 2016. No texto de apresentação, a BNCC se apresenta como fruto do debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira, buscando transmitir a ideia de continuidade e de construção coletiva desde as versões anteriores. Segundo Carvalho (2019), a narrativa oficial reforçava que o documento incorporava contribuições recebidas desde o início do processo, ainda que houvesse resistência de alguns grupos quanto ao seu conteúdo e à forma de sua elaboração.

Apesar dessas críticas, o MEC encaminhou o texto ao CNE, que promoveu audiências públicas em todas as regiões do país. Em 15 de dezembro de 2017, o Conselho apresentou seu parecer e o projeto

de resolução, que foi aprovado e, em 20 de dezembro de 2017, a BNCC foi homologada.

Em relação ao interesse empresarial, Rosa e Ferreira (2018), argumentam que a participação do terceiro setor na formulação da BNCC ganhou força especialmente a partir da atuação do Movimento pela Base, que na versão final passou a atuar como gestor do documento. O MPB se apresenta como um grupo não governamental formado por profissionais da educação que, desde 2013, busca implementar a BNCC com qualidade e aprimorar o documento ao longo do tempo, por meio da promoção de debates, estudos e pesquisas com gestores, professores e estudantes, além da análise de experiências consideradas bem-sucedidas em outros países. Ao longo do processo, o movimento consolidou uma rede de articulação, contando com aliados, tanto pessoas quanto instituições.

Entre os apoiadores vinculados ao empresariado, destacam-se organizações como o Instituto Lemann, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social e Fundação Roberto Marinho. Além dessas entidades privadas, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) figuram entre os principais apoiadores institucionais. Embora se autodefinam como organizações sem fins lucrativos e afirmem atuar em prol de uma educação de qualidade, muitas dessas instituições participaram ativamente da formulação da BNCC, influenciando seus rumos e prioridades.

A presença de instituições privadas no setor público, especialmente na educação, nos faz questionar, o que realmente motiva esse interesse. Peroni e Caetano (2015) apontam que a chamada perspectiva “salvacionista”, segundo a qual o setor privado mercantil conseguiria garantir a qualidade da educação pública, está fundamentada em uma lógica que naturaliza essa participação. Parte-se do pressuposto neoliberal de que o problema não está no capitalismo, mas no Estado. Assim, a solução seria reformar ou reduzir a atuação estatal, atribuindo ao mercado o papel de corrigir suas falhas. Nesse

raciocínio, a lógica mercadológica deve prevalecer inclusive nas estruturas estatais, com o objetivo de torná-las mais eficientes e produtivas.

Sob essa ótica, Costola e Borghi (2018) destacam que o empresariado defende a reestruturação do sistema educacional brasileiro e se coloca como protagonista desse processo. Ao fazê-lo, influencia diretamente a agenda das políticas públicas e orienta a organização escolar para atender prioritariamente aos interesses do capital, associando a educação ao aumento da produtividade econômica.

No que se refere ao interesse empresarial pela área da educação, Martins e Pina (2015) argumentam que a defesa da escola pública, nesse contexto, configura-se como uma estratégia para manter a hegemonia na sociedade. Trata-se de garantir uma formação pautada pela padronização moral e intelectual, limitada aos conhecimentos mais sistematizados, de modo a assegurar “que a economia política do capital se mantenha sobre a economia política do trabalho” (Martins; Pina, 2015, p. 104).

Segundo os autores, a classe empresarial propõe uma divisão técnica do trabalho educacional organizada em três níveis: i) no nível mais alto, estariam os formuladores responsáveis pela definição das diretrizes curriculares, instrumentos de avaliação, parâmetros de qualidade entre outros; ii) no nível intermediário, estão diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos; iii) no nível mais baixo, ficariam os(as) professores(as), encarregados(as) de executar o que foi definido no nível mais alto, sob supervisão da gestão intermediária. Essa lógica transforma o(a) professor(a) em mero executor de tarefas, retirando-lhe a autonomia de criar e desenvolver seu próprio trabalho, sob o argumento de garantir uma suposta melhoria na qualidade da educação. Desse modo, eles argumentam que a proposta empresarial defende a mudança do trabalho docente:

[...] de uma atividade de tipo artesanal (dado o maior controle sobre o processo e o maior domínio do conhecimento) à atividade de tipo industrial (dada a expropriação do

conhecimento dos trabalhadores e o maior controle externo sobre o processo e produto de trabalho) (Martins; Pina, 2015, p. 104).

Como exemplo, Martins e Pina destacam a atuação da Fundação Lemann e seu discurso de valorização dos(as) professores(as), materializado por meio de cursos e programas voltados à formação docente. Outro aspecto do projeto empresarial para a educação é a atribuição dada à escola pública de formar estudantes conforme as demandas da chamada “sociedade do conhecimento” e da “economia do conhecimento”. Nessa perspectiva, devem ser desenvolvidas “competências” consideradas essenciais para que os(as) estudantes sejam integrados(as) à sociedade contemporânea “de forma produtiva e empreendedora”. Ao(à) professor(a) cabe o papel de ensinar alinhado ao projeto hegemônico de educação, o qual separa “o conhecimento sistematizado das necessidades humanas reais, oferecendo às massas trabalhadoras uma escolarização funcional às relações sociais capitalistas” (Martins; Pina, 2015, p. 104-105).

A partir das discussões apresentadas, evidencia-se que a presença e o apoio de empresas na formulação de ações e programas voltados à educação pública e à formação docente envolvem interesses que extrapolam a simples disponibilização de materiais de qualidade. Ainda que os recursos oferecidos possam ser relevantes e bem estruturados, é imprescindível adotar uma postura crítica frente a essas iniciativas, de modo a questionar e não aceitar passivamente as propostas que se apresentam.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas neste capítulo, é possível inferir que o interesse de empresas no campo da educação pública não ocorreu somente por meio do discurso, naturalizado, de que seria urgente melhorar a qualidade da educação. Esse movimento também se concretizou pela cumplicidade do Estado e pela adoção de políticas públicas que abriram espaço para a atuação direta de grandes grupos

empresariais no planejamento e execução de ações voltadas para a área da educação.

Um exemplo disso é a Nova Escola, associação mantida pela Fundação Lemann, criada por Jorge Paulo Lemann, um dos homens mais ricos do Brasil. Atualmente, a Nova Escola disponibiliza, gratuitamente, diversos materiais pedagógicos alinhados à BNCC e voltados a educadores de todo o país. No entanto, é necessário problematizar essa oferta: ao centralizar a produção e difusão de materiais, arrisca-se homogeneizar práticas pedagógicas, limitar a autonomia docente e vincular o processo de ensino a uma lógica empresarial e de padronização curricular.

Outro ponto que destacamos é o papel do Movimento pela Base, rede influenciada por grandes grupos empresariais, na elaboração e implementação da BNCC. A atuação do setor privado impacta diretamente o que será ensinado nas escolas brasileiras, orientando o currículo de forma a atender a demandas específicas que, muitas vezes, dialogam mais com as exigências do mercado do que com as necessidades reais de formação integral dos(as) estudantes. Tal cenário reforça a importância de refletir sobre o peso político e ideológico dessas participações na definição de políticas educacionais.

A Fundação Lemann, mantenedora da Nova Escola, teve protagonismo na implementação da BNCC e, atualmente, direciona a plataforma para oferecer materiais e cursos de formação docente alinhados ao documento. Embora tais iniciativas sejam apresentadas como suporte aos(as) professores(as), também é preciso considerar os efeitos desse suporte. A formação docente proposta pode reforçar a lógica de controle sobre o trabalho pedagógico e restringir o espaço para práticas críticas, inovadoras e contextualizadas às diferentes realidades.

Diante disso, torna-se fundamental adotar um olhar crítico sobre o interesse de grandes empresários na educação pública. Questionar as motivações subjacentes a essas iniciativas é importante para evitar uma aceitação passiva de propostas que, apesar de bem estruturadas, podem estar atreladas a agendas que priorizam interesses

privados em detrimento do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Manter essa postura crítica é, portanto, condição para compreender amplamente as implicações políticas, econômicas e pedagógicas da crescente influência empresarial na educação brasileira.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

CARVALHO, S. M. de. **Análise linguístico-discursiva do projeto planos de aula**. Nova Escola. 2019. 108 f. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2019.

COSTOLA, A., & BORGHI, R. F. (2018). Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on Line de Política e Gestão Educacional**, 22(esp3), 1313–1324. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889/7914>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Nossa História**. ©2024. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/nossa-historia>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Pós-eleições: novos caminhos para o Brasil avançar**. 2018. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/pos-eleicoes-novos-caminhos-para-o-brasil-avancar>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos.** ©2024. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Nossa história.** Disponível em: <https://fvc.org.br/institucional/a-nossa-historia/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MARTINS, A. S; PINA, L. D. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da pedagogia histórico-crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 100-109, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12410/9507>. Acesso em: 26 fev. 2023.

NOVA ESCOLA. **Material Educacional.** ©2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/materialeducacional>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NOVA ESCOLA. **Porque Nova Escola existe.** 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4944/por-que-nova-escola-existe>. Acesso em: 17 fev. 2023.

NOVA ESCOLA. **Quem Somos.** ©2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NOVA ESCOLA. **Seja Parceiro.** ©2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/seja-parceiro>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NOVA ESCOLA. **Sobre os planos de aula.** 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20344/sobre-os-planos-de-aula>. Acesso em: 04 fev. 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação. Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, n.17, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584/658>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ROSA, L. O., FERREIRA, V.S. “A rede do movimento pela base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular Brasileira” In **Rev. Teoria e prática da Educação**, v.21, n.2, p. 115- 130, maio/agosto. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45391/pdf>. Acesso em 10 ago. 2025.